

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP



CMUHE042685

REI, Gilson. Impasse deixa greve municipal longe do fim: paralisação dos servidores completa hoje 31 dias e já é a terceira mais longa da história de Campinas; radicalização dá o tom. Correio Popular, Campinas, 14 jun. 2003.

A greve dos servidores, que completou um mês ontem, está sendo considerada como a mais difícil em termos de negociações e poderá também bater recorde de tempo. Esta paralisação já é a terceira mais longa da história de Campinas – no governo Chico Amaral (PPB e hoje no PMDB) foram 55 dias e no de Jacó Bittar (PDT e hoje no PSB) foram 40 dias. O diálogo entre o Sindicato dos Servidores com a Administração de Izalene Tieni (PT) continua na estaca zero e não há perspectiva para o término da greve tão cedo.

Fábio Custódio, coordenador do Sindicato dos Servidores, afirmou que, em 15 anos de história, o funcionalismo nunca passou por uma situação de intransigência tão grande com uma Administração. “A perspectiva é de uma greve demorada e, infelizmente, ser a mais longa da história de Campinas”, avaliou o sindicalista.

A prefeita, por sua vez, continua afirmando que não tem condições de aplicar o reajuste já. A principal argumentação é o cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo a Prefeitura, a folha de pagamento do funcionalismo no Poder Executivo já atingiu 54% da receita corrente e se houver qualquer reajuste não haverá dinheiro para o 13º salário, nem para as obras do Orçamento Participativo (OP).

O Sindicato dos Servidores rebate, alegando que há condições de remanejar dotações orçamentárias para sobrar dinheiro para o reajuste. O Sindicato afirmou também que existe, ainda, possi-

Todas as tentativas de negociação fracassaram e diálogo acabou

bilidade de reduzir em 20% o número de comissionados, conforme prevê a própria LRF e reduzir o pagamento dos que recebem acima do teto salarial da Prefeitura.

Os servidores querem reajuste de 30% referentes a perdas com a inflação de um ano; incorporação salarial dos R\$ 70,00 que foram antecipados; paridade de servidores ativos e aposentados; aumento de auxílio alimentação; abono de Natal; subsídios para manter planos de saúde; gatilho salarial de 5%; redução da jornada de trabalho; e melhores condições gerais de trabalho.

INTERMEDIações

A cúpula da Central Única dos Trabalhadores (CUT) intermediou negociações entre servidores e Prefeitura, quando a greve estava no 16º dia. O único avanço foi o reconhecimento da Prefeitura de que existe uma perda de 14,45% e que esse reajuste poderia ser pago, caso houvesse aumento na arrecadação. Uma comissão técnica seria criada para acompanhar o orçamento e a arrecadação. Em setembro e janeiro aconteceriam reuniões para avaliar a possibilidade de reajuste. Os servidores rejeitaram a proposta e tudo voltou à estaca zero.

Antes da CUT, a Câmara Municipal tentou intermediar, mas não teve sucesso. O mesmo aconteceu com o Ministério Público do Trabalho (MPT). Em ambas, a Adminis-

tração manteve o argumento da LRF e do adiamento do reajuste.

A LRF foi criada há três anos e impõe uma série de condutas para os administradores do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. As despesas com pessoal são limitadas, para evitar gastos exagerados com o dinheiro público. As prefeitu-

ras não podem ultrapassar os 54% da receita do município. Dados da Prefeitura de Campinas mostram que no ano passado, foram gastos R\$ 452 milhões em pagamentos aos servidores da ativa, aposentados e pensionistas. Isso totalizou 52,57% da receita.

Os municípios que não cumprirem a LRF sofrem punições. Entre as quais, deve reduzir os gastos com pessoal e salários em pelo menos 20% e deve exonerar servidores não estáveis. A Prefeitura de Campinas tem hoje 254 funcionários comissionados, que representa 0,7% da receita prevista para este ano de 2003. O número de servidores não estáveis chega a 2 mil pessoas, dos 15.375 servidores. A Prefeitura informou que não trabalha com a possibilidade de demissões, por isso afirmou que não tem condições de aplicar reajustes neste momento.

Para este momento, a Administração fez a proposta de reajustar o valor do auxílio alimentação em 10% (de R\$ 200,00 para R\$ 220,00); reconhecer e avaliar as perdas salariais; manter o pagamento da antecipação dos R\$ 70,00 até que ocorra a absorção nos vencimentos com a implantação do Plano de Cargos e Carreiras, em 2004. Além disso, sugeriu a criação de uma Comissão Técnica com a manutenção dos representantes do Sindicato, além do Governo e do Conselho do Orçamento Participativo (COP).

POLÍCIA MILITAR

Os servidores municipais receberam ontem, às 7h40, homens do Comando de Policiamento do Interior - 2 (CPI-2) ao som da canção romântica *Only You*, na porta da garagem do Paço Municipal. Depois dos cumprimentos, servidores e comandantes – abraçados como grandes amigos – viram juntos as manchetes dos jornais. O clima de paz, ocorrido no primeiro dia de ação policial, se repetiu ontem.